

Ja



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA
Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DA ARE DE 18 DE SETEMBRO DE 2023

A Mesa do Plenário da ARE agendou para o dia 18 do mês de setembro de 2023, pelas 21h, no Student's Hub (Antiga Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, POLO I), uma reunião ordinária do Plenário da ARE, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação das atas e dos documentos resumo de deliberações referentes aos Plenários de 17 de julho de 2023 e 11 de setembro de 2023;
3. Discussão e votação das propostas de alteração aos EAAC referentes aos Órgãos Intermédios e Órgãos Deliberativos;
4. Outros assuntos.

A presente ata é lavrada segundo o artigo 19.º do Regimento Interno da ARE, onde é referido que “Das reuniões do Plenário da ARE é sempre lavrada ata, o mais possível discriminada e completa acerca dos acontecimentos e intervenções que nelas ocorrem” e que “A cada ata é anexado um resumo das deliberações tomadas na reunião (...)”.

Os anexos à presente ata são:

- Anexo 1 - Resumo das deliberações tomadas na reunião;
- Atas e documentos resumo de deliberações referentes aos Plenários de 10 e 15 de maio de 2023, 17, 18 e 31 de julho de 2023 e 4 de setembro de 2023.

Na reunião estiveram presentes 20 elementos da presente Assembleia de Revisão de Estatutos em funções, André Cosme Mota Ribeiro, Armando Manuel Machado Remondes, Beatriz Margarida Oliveira Bernardo, Beatriz Marques Mendes, Beatriz Rodrigues Ribeiro, Daniel Tadeu dos Santos Sousa Mendes, Duarte Agostinho Quitério de Jesus, Emanuel Fernandes Nogueira, Filipe Nuno Carvalho Rosa, Gonçalo Alexandre Leandro Santos, Gustavo Pedro Honório Nunes, João André Dias Craveiro, João Emanuel Batista Bento, João Miguel Almeida Santana, João Pedro Carvalho Caseiro, José Miguel Taipa de Sousa Freire da Mota, Lúcia Daniela Pinto Parente, Luís Fernando Gonçalves Carvalho, Mariana Madeira Alexandre, Pedro André Ribeiro Madeira da Cunha

Ja



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Cerqueira, Pedro Miguel Brás de Almeida Sá e Andrade, Samuel Ramos Fernandes, Vitor Manuel Marta Neves Chavez Sanfins.

O membro César Filipe Torres de Sousa, Daniel Seco Gonçalves Aragão da Silva, Pedro Miguel Mendes Monteiro, Roberto Filipe Louro Geraldês e Tomás Nunes Amaral Rodrigues Craveiro não esteve presente na reunião plenária, tendo apresentado justificação de falta.

Diogo Luis Fernandes Tomázio, Diogo Luís Quaresma Flórido, Disa Alexandra Queiroz Palma encontram-se em suspensão de mandato.

O Presidente da ARE/AAC, Daniel Tadeu, fez a primeira chamada às 21h25m e, estando reunido o quórum de 50%, com 17 membros presentes, deu início à ordem de trabalhos.

Ponto 1 - Informações

Gustavo Nunes informa que está a ter um sorteio da latada e o seu núcleo também está a ter uma atividade, logo terá de se ausentar por um momento.

Daniel Tadeu informa que o quórum está com 18 pessoas, dando início ao plenário. Apresentou a nova secretária, Rute Carvalheiro, dando início à sua votação de admissão.

Nota: Gustavo Nunes ausentou-se do plenário.

Nota: João Santana e Vitor Sanfins chegou à reunião às 21h28

Votação: Admissão da Rute como secretária

- a) 0 abstenção;
- b) 0 votos contra;
- c) 19 votos a favor.

A admissão de Rute foi aprovada.

Comentado [GS1]: Corrigir

Ja



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

João Bento agradece à Rute por aceitar este desafio e agradece o trabalho da Mariana, no entanto, salienta que a mesa deve trabalhar mais como equipa, não só na redação de atas, mas também é importante arranjar dinamismo para o bom funcionamento do plenário.

Daniel Tadeu informa que não houve justificações de faltas de forma formal, apenas pessoalmente, como foi o exemplo de Pedro Monteiro que não conseguiu enviar a tempo, pois está presente na receção aos caloiros e na organização da latada, tendo aceite a sua falta. Pede ao plenário que avisem os seus membros para enviarem as justificações a tempo.

João Bento chama à atenção que futuramente poderá haver queixas do CF, visto que há regras no RI que devem ser cumpridas.

Nota: Beatriz Mendes entrou no plenário às 21h36, justificando o seu atraso.

Ponto 2 - Aprovação das atas e dos documentos resumo de deliberações referentes aos Plenários de 17 de julho de 2023 e 11 de setembro de 2023

Daniel Tadeu informa que não será votada a ata de dia 17 de julho, pois nesse plenário não se registou maioria das intervenções, estando demorada a sua redação.

Emanuel Nogueira chama à atenção à ortografia das atas, havendo também uma intervenção sua que não está muito claro o que disse.

Daniel Tadeu questiona se há mais alterações à ata.

Votação: Aprovação da ata e do documento resumo de deliberações referente ao Plenário de 11 de setembro 2023

- a) 12 abstenções;
- b) 0 votos contra;
- c) 8 votos a favor.

O documento foi aprovado.

Ja



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Ponto 3 - Discussão e votação das propostas de alteração aos EAAC referente aos Órgãos Intermédios e Órgãos Deliberativos

Proposta: Reorganizar todo o Capítulo II, Secção II, passando a existir a seguinte sequência de artigos:

- Definição de poder intermédio
- Definição de área cultural e socio-científica, desportiva, núcleos
- Regulamentos culturais, desportivo, funcionamento AN e funcionamento AO
- Conselhos Intermédios
 - Definição e representação
 - Competências
 - Adicionar gestão de sobreposição e cruzamento de competências;
 - Adaptar questão do desporto universitário ao CD;
 - Adicionar competência de representar a AAC junto dos estudantes ao CIN, conforme o que foi aprovado para núcleos;
 - Adicionar competência de fazer a distribuição de cursos por núcleos ao CIN;
 - Adicionar a competência a cada um dos conselhos de aprovar o respetivo plano da QF;
 - Enumerar as competências globais dos conselhos e depois especificar para cada um as diferentes.
 - Composição
 - Secretário-Geral
 - Tesoureiro
 - Vice-Presidente (DG)
 - Vogal da Política respetiva (DG)
 - 1 elemento da DG
 - 1 secretário

Ja



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

- Coordenador Cultural / Desportivo / Saídas Profissionais
- Mais vogais livres? (incluir proposta da lista E)
- Competência dos elementos
- Funcionamento:
 - DG/AAC vota apenas em caso de necessidade de desempate, presidindo às reuniões, detendo voto de qualidade.
- Eleição:
 - Remeter para o facto que posteriormente será abordado no capítulo das eleições
 - Momento da eleição - integrar proposta da lista E
 - Candidatura em lista
 - Duração do conselho inter-núcleos: anual
- Regime de Incompatibilidades
 - Remover regras atualmente existentes por não se enquadrarem no regime previamente aprovado
 - Vedar a possibilidade ao SG e ao tesoureiro de executar outras funções nas estruturas representadas pelos conselhos.
- Assembleias – remeter para órgãos deliberativos, podendo ser alterado depois em conformidade
 - Definição
 - Composição
 - Possibilidade de convocar assembleias onde os representantes dos órgãos devam ser de uma área específica (p.e., uma assembleia de Núcleos direcionada para saídas profissionais, onde são convocados os coordenadores de saídas).
 - Adicionar às competências das Assembleias a análise aos planos da QF e as demais alterações já aprovadas para os conselhos.
- Assembleia de órgãos de especialização:
 - Definição
 - Composição e convocação:
 - Presidente da Direção-Geral, vice-presidentes da DG/AAC e elementos dos diferentes Conselhos;

Ja



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada

Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique

Membro Honorário da Ordem da Liberdade

Medalha de Mérito Cultural

Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra

Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra

Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português

Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

- Representantes de cada Secção Cultural, Desportiva e Núcleos, nomeados pelas respetivas direções;
- Designação pelo CF de um membro observador;
- Correspondência de um voto a cada seção e núcleo e voto de qualidade ao presidente da DG/AAC;
- Iniciativa de convocação pelo presidente da DG, SG dos conselhos e pedido escrito de Associados seccionistas subscrito por 1/5 dos órgãos;
- Convocação feita pelo presidente de DG, com antecedência mínima de 5 dias.
- Competências:
 - Evitar sobreposição de competências, coordenando e harmonizando o plano de atividades em julho e agosto
 - Emitir pareceres sobre os documentos ou tomadas de posição da AAC
 - Avaliar concordância das atividades realizadas com objetivos gerais da AAC
 - Incentivar e apoiar a colaboração entre os Conselhos e as Secções Associativas, Núcleos e Secções Culturais, facilitando a realização de atividades conjuntas e a partilha de recursos e conhecimentos.
 - Exercício de outras competências necessárias para o cumprimento da sua missão e não conflituantes com as competências específicas dos demais conselhos.
- Quórum: O número de votos em assembleia será distribuído de forma equitativa, atribuindo-se 33% dos votos a cada uma das seguintes estruturas: os núcleos, a secção cultural e a secção desportiva. (ex prático: 10 votos /26 núcleos x 1/3)
- Criar capítulo sobre regulamentos, aplicando a mesma ótica já aplicada para Núcleos e Secções, ou seja, proibir a repetição de informação já existente nos estatutos e especificar aquilo que os regulamentos devem ter, garantindo a inclusão de todos os pontos já existentes nos atuais estatutos.
 - O regime de convocação e funcionamento geral das assembleias deverá ser genérico, sendo discutido no âmbito de órgãos deliberativos

Ja



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Contextualização: Os Conselhos Intermédios são, todos eles, regulamentarmente, semelhantes entre si, embora disponham de características muito singulares que carecem da devida atenção. Assim, pretende-se com esta proposta três propósitos essenciais:

- Adaptar o capítulo de Conselhos Intermédios às adaptações feitas na área das Estruturas de Base e Delegação;
- Simplificar os estatutos e corrigir incoerências, aglutinando os 3 conselhos numa só secção, especificando as diferenças entre cada uma;
- Criar, conforme tem sido mencionado, uma estrutura que junte, num só espaço de discussão, todas as estruturas executivas da casa.

Proponentes: André Ribeiro, Armando Remondes, Beatriz Ribeiro, Gonçalo Santos, João Bento, João Craveiro, Lúcia Parente, Samuel Fernandes, Tomás Craveiro

João Bento informa que há um documento anexo de guia para a Comissão de Redação.

Luis Carvalho pergunta se na parte da composição, caso o presidente não esteja, quem o substitui é o vice-presidente. Sugere que deveria haver uma obrigação de presença do presidente do CF.

Daniel Tadeu pergunta como seria se o presidente não conseguisse mesmo ir.

Luis Carvalho responde que se não conseguir mesmo ir, poderá ir alguém a representá-lo. Indica que o seu objetivo é responsabilizar a estrutura.

Lucia Parente indica que já foi feita a alteração na proposta.

Emanuel Nogueira questiona se irão ter secretários a votar, por exemplo, na secção de pedagogia.

João Bento responde que sim, se for convocada uma assembleia para esse tema

Emanuel Nogueira pergunta se mesmo nesse tema o voto do tesoureiro vale mais que o do presidente.

João Bento indica que não, pois só serão falados tópicos. Percebe a questão e o que tem de acontecer é o oposto ao atual, pois todas as pessoas sem serem diretores são passadas por cima.

Ja



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Pode chegar-se a um consenso, onde nessas assembleias têm de ir obrigatoriamente as duas pessoas, pois se é convocada uma assembleia específica desse tema, as pessoas têm de ir.

Emanuel Nogueira concorda, mas acha mal o tesoureiro votar caso o presidente não esteja

Duarte Jesus acha que nesse caso o que deveria acontecer era ir o presidente com alguém, fazendo com que ninguém se sobreponha ao mesmo, a não ser que delegue essa função.

Vitor Sanfins indica que nestas questões das delegações nas assembleias de secções culturais, muitas vezes não há um membro da direção presente e o presidente comunica ao conselho desde que seja associado ou seccionista.

Emanuel Nogueira refere que os estatutos dizem que atualmente tem de ser nomeado pela direção alguém para estar presente e o voto em si não deve ser dos tesoureiros.

João Bento pede um ponto de ordem porque se está a discutir na especialidade e dever-se-ia votar primeiro na generalidade.

Votação: Generalidade - Proposta - Reorganizar todo o Capítulo II, Secção II

- a) 2 abstenções;
- b) 0 votos contra;
- c) 18 votos a favor.

O Documento foi aprovado.

Daniel Tadeu questiona se há alterações na especificidade.

José Mota indica que 4 é um número muito avultado de reuniões ordinárias, propondo apenas duas.

João Bento indica que este órgão é novo e tem muito caminho para explorar, no entanto, não se estabelecem laços com encontros anuais. Além disso, as assembleias de estruturas ocorrem todos os meses em que algumas assembleias são mais práticas e eficazes e outras mais demoradas. Considera que poderiam ser reuniões mensais porque os temas que existem para discutir são semelhantes. Chama à atenção que existem alguns momentos ao longo do ano, nomeadamente, quando as estruturas entram em junho, em dezembro a DG, em março começa um semestre novo e a questão da Queima das Fitas, logo, seria interessante haver uma assembleia em setembro, março e junho.

Ja



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Nota: Pedro Andrade entrou no plenário às 22h16, justificando o seu atraso.

Vitor Sanfins refere que sendo uma estrutura completamente nova, o funcionamento até se calibrar vai demorar provavelmente 3 anos. Propunha um número mínimo mais elevado para esta nova estrutura ficar assimilada pelos presentes e futuros dirigentes.

Daniel Tadeu refere que há divisão de opiniões entre membros sobre ser 2 reuniões ordinárias e o restante trabalho em reuniões extraordinárias ou 4 reuniões ordinárias, não dispensando também as extraordinárias.

João Bento indica que de acordo com o RI as propostas têm de ser submetidas.

Beatriz Ribeiro indica que idealmente tem de se seguir o formulário, pois está a fazer uma assunção pela forma como está a ser discutido em plenário em que uns querem 4 e outros 2, sendo apenas uma questão de formalizar o pedido.

José Mota refere que a sua proposta se vai manter e que inicialmente a proposta era só para tentar perceber as opiniões acerca da quantidade que deveria ser neste órgão.

Pedro Andrade questiona se nos conselhos em que são 3 pessoas da DG e 4 pessoas eleitas pelas secções, a DG só vota no caso de haver empate no ato de voto das pessoas eleitas pelas secções.

Proposta: Apenas 2 reuniões ordinárias sem detrimento de haverem extraordinárias.

Contextualização: Uma delas quando as secções Associativas e Núcleos já tomaram posse e outra no início de um novo ano civil (já com a DG nova)

Proponentes: José Mota

João Bento indica que a proposta em si é o documento que está no formulário, o outro é só um documento auxiliar para guia

Pedro Andrade refere que o secretário geral, tesoureiro, coordenador X e o secretário tem de ser os que não são da DG, não sendo o que acontece atualmente, pois o tesoureiro e o secretário geral não são da DG e os outros dois são definidos na primeira reunião que há e pergunta se é esse o objetivo, pois considera que não faz sentido.

João Bento refere que se deve definir a hierarquia, sendo 2 órgãos separados. Menciona que se o objetivo é fazer uma lista de qualidade, o perfil do secretário tem de ser muito diferente

Ja



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

de um perfil executivo. Na sua opinião, é importante definir qual é o órgão, se é da DG ou do conselho.

Filipe Rosa compreende o que o João Bento está a dizer e concorda com ele dizendo que tem de estar alguém que saiba estruturar, em questões de atas, etc. Menciona que nunca foi uma preocupação porque em todas as Direções Gerais o que é decidido, fica decidido e depois é só transcrever.

João Bento indica que se supormos que é da DG não faz sentido ser para todos, sendo uma tarefa rotineira e o próprio executivo da DG ocupar-se disso.

Votação: Especialidade

- a) 2 abstenções;
- b) 9 votos em 2 reuniões ordinárias;
- c) 10 votos em 4 reuniões ordinárias.

Foi aprovado 4 reuniões ordinárias.

Pedro Andrade acha que deveria ser definido entre as equipas.

Filipe Rosa indica que o secretário é do plenário ou da DG.

João Bento refere que, tendo em conta o que Pedro Andrade disse, altera-se a proposta inicial para que seja um elemento da DG a assumir as funções de secretário para conseguirem estruturar devidamente os cargos.

Pedro Andrade menciona que na assembleia, o secretário é sempre da DG, pois quem preside a assembleia é a DG, tendo a responsabilidade enquanto mesa de também fazerem o trabalho de secretário.

João Bento indica que para cada órgão deliberativo existe uma mesa e um órgão executivo associado sendo a mesa constituída por 7 pessoas.

Vitor Sanfins acha que o problema é a realidade na assembleia de núcleos, secções culturais e secções desportivas e, apesar de estar tudo redigido da mesma forma, é tudo implementado de formas diferentes.

Ja



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

João Bento pede que lhe clarifiquem se estão a falar de secretário ou de secretário geral.

Filipe Rosa concorda, por isso defende que, no conselho desportivo, o secretário deve ser do respetivo conselho.

Pedro Andrade pergunta se defendem que em assembleia a mesa seja o conselho respetivo.

João Bento refere que a cada órgão deliberativo assume-se que existe o órgão deliberativo em si, neste caso, a assembleia e uma mesa que tenha de gerir os trabalhos sendo, neste caso, o conselho respetivo composto por vários elementos. Indica que esses elementos são todos do conselho e que tomaram posse anteriormente publicamente. Menciona que é importante definir se o secretário é da DG, se é dos membros eleitos ou se é definido ao início.

Pedro Andrade questiona se alteram a proposta para serem secretários da DG.

Filipe Rosa refere que quando faz uma lista, sempre souberam e tiveram esse método de procedimento, ou seja, o presidente da DG presidia a assembleia do plenário, o secretário era da DG, o conselho desportivo era presidido pelo secretário geral e o secretário do membro do conselho desportivo da parte das secções. Indica que na sua opinião não se importa que seja um elemento da DG.

Emanuel Nogueira indica que há necessidade de criar um artigo para definição de assembleia.

João Bento indica que já existe. Refere que as assembleias são órgãos deliberativos, o mesmo que acontece com a AM. Refere que tem uma definição e a sua função é dizer qual o seu propósito.

Vitor Sanfins pede aos membros para quando tiverem questões as fazerem logo.

Votação: Globalidade - Proposta - Reorganizar todo o Capítulo II, Secção II

- a) 5 abstenções;
- b) 0 votos contra;
- c) 16 votos a favor.

O Documento foi aprovado.

Ja



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Declaração de voto João Bento fica feliz por se ter discutido este tema e agradece aos poucos que contribuíram para a sua realização.

Daniel Tadeu indica que concluíram.

Proposta: Unificar todos os órgãos deliberativos da casa num só título dos Estatutos, aplicando-lhes regras gerais e especificando as diferenças que possam existir. Como base para casos discrepantes, deverá utilizar-se o exemplo da Assembleia Magna.

Capítulo I

1. Definição de órgãos deliberativos
2. Listagem dos órgãos deliberativos da AAC:
 - a. A Assembleia Magna;
 - b. As Assembleias de Secções Culturais, Desportivas e de Núcleos de Estudantes;
 - c. A Assembleia de Estruturas;
 - d. Os Plenários de Secções Associativas e Núcleos de Estudantes.

Nota: A Assembleia de Revisão de Estatutos é uma delegação da Assembleia Magna e como tal, deve ser assim definida, não constando como órgão deliberativo.
3. Indicação de que cada órgão deliberativo tem uma mesa que regula o seu funcionamento e é associado a um órgão executivo:
 - a. Assembleia Magna corresponde à Direção-Geral;
 - b. Assembleias de Secções e Núcleos correspondem aos respetivos Conselhos Intermédios;
 - c. A Assembleia de Estruturas corresponde a todos os Conselhos Intermédios;
 - d. Os Plenários das Secções e Núcleos correspondem às Direções dos respetivos Órgãos.

Capítulo II - para cada órgão deliberativo, deve ser indicada a sua definição e composição, que se deverá manter igual ao que já consta nos Estatutos.

Capítulo III - Funcionamento

1. Convocação:
 - a. Pedido de convocação pode ser feito por X% dos associados, direção correspondente ou presidente da mesa;
 - b. Documentos são entregues no momento do ato.

Ja



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

2. Quórum;
3. Registo, Publicação e Eficácia das Deliberações;
4. Espaço:
 - a. Definir a obrigação de a DG estabelecer um protocolo junto da UC para a cedência de espaços para a realização da AM e dos Plenários, sem restrições, precavendo casos.
5. Reuniões Presenciais;
6. Reuniões Online e Híbridas;
7. Atas.

Capítulo IV - Regimento de Funcionamento dos Órgãos Deliberativos

1. Indicação da existência de um regulamento que rege todo o funcionamento dos órgãos deliberativos da Casa.
2. O regulamento deverá funcionar nos moldes semelhantes aos regulamentos internos dos órgãos de base: não pode repetir informação constante dos estatutos nem deve contrariar estes; deve reger obrigatoriamente os direitos e deveres dos participantes, da mesa, o modo de funcionamento das reuniões, os meios de discussão e o funcionamento e método de votação.
3. O regulamento é proposto pela Assembleia de Órgãos Deliberativos à Assembleia Magna.
4. O documento é discutido de acordo com o procedimento especial de aprovação.
5. O documento é revisto ordinariamente anualmente, entre maio e julho, podendo a assembleia de órgãos deliberativos decidir pela sua não revisão.
6. O documento pode ser revisto extraordinariamente sempre que a Assembleia Magna o pretenda, em AM onde o ponto conste na ordem de trabalhos e respeitando o procedimento especial de aprovação.

Capítulo V - Assembleia de Órgãos Deliberativos

1. Composta pela Mesa da Assembleia Magna, pelos Conselhos Intermédios e por todas as Mesas dos Plenários;
2. Presidida pela Mesa da Assembleia Magna;
3. Realiza-se ordinariamente 4x ao ano (setembro, dezembro, março e junho);
4. Realiza-se extraordinariamente por iniciativa do Presidente da MAM, da DG, do CF ou a pedido de X% das estruturas que o compõe;
5. Tem como competências: X, Y e Z.

Contextualização: A presente proposta assenta nos seguintes pilares:

Ja



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada

Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique

Membro Honorário da Ordem da Liberdade

Medalha de Mérito Cultural

Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra

Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra

Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português

Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

1. No trabalho inteiramente desenvolvido pela Comissão Especializada de Órgãos Deliberativos, convertendo-se todos os pontos por esta levantados em propostas concretas;
2. Na unificação dos diversos órgãos deliberativos da AAC num único título dos EAAC: atualmente existe uma distinção total na definição de regras para os diversos órgãos deliberativos. Tal tem provocado discrepâncias entre os órgãos que não fazem qualquer sentido, acabando por diminuir a qualidade de funcionamento deste tipo de órgãos. Por analogia contrária ao que acontece com os órgãos executivos, quando os dirigentes exercem funções num órgão deliberativo com menos associados e depois exercem funções num órgão deliberativo mais complexo, há grandes diferenças de nivelção de competências. Além disso, os casos omissos são uma constante, tendo-se assistido a inúmeras interpretações erróneas por parte do Conselho Fiscal, devido à existência de uma aplicação subsidiária com as devidas adaptações, que permite total interpretação.
3. Na criação de um regimento de funcionamento dos órgãos deliberativos único para toda a casa, a ser discutido em Assembleia Magna.
4. Na criação de uma estrutura, associada à Assembleia de Órgãos de Base, presidida pela Mesa da Assembleia Magna, composta por todos os órgãos deliberativos de Órgãos de Base e Especialização, que permita a estas interagir e trabalhar em conjunto para a Casa.
5. Na discussão e definição de regras mais corretas para um democrático funcionamento dos órgãos deliberativos, destacando-se a apresentação dos documentos no ato de convocação de uma reunião, a redefinição e uniformização do quórum, a discussão do período antes da ordem do dia / outros assuntos, a distinção entre quórum para deliberar e quórum para iniciar/realizar uma reunião.

Proponentes: André Ribeiro, Armando Remondes, Beatriz Ribeiro, Gonçalo Santos, João Bento, João Craveiro, Lúcia Parente, Samuel Fernandes e Tomás Craveiro.

Nota: Em anexo será apresentado um documento com a escrita de todos os artigos reorganizados e respetivas propostas de reformulação, novos artigos, entre outros.

O texto da presente proposta é passível de alteração por parte da Comissão de Redação e Verificação, pretendendo esta proposta apresentar apenas a intenção do legislador.

Beatriz Ribeiro indica que não colocaram a proposta completa devido a certos pontos ainda estarem a ser discutidos e ficarem completos.

Ja



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Nota: Gustavo Nunes voltou ao plenário às 23h33.

João Bento explica que o 1% que é aplicado no quórum da Assembleia Magna, não pode ser aplicado a núcleos, como é óbvio, porque em caso de núcleos mais pequenos nem faria sentido, portanto criaram um mecanismo, que funciona através da quantidade de dirigentes efetivos que cada órgão executivo correspondente tem. Em estruturas mais pequenas, o número de quórum mínimo seria o número de dirigentes ou seja 11, em estruturas de pequena-média dimensão o quórum mínimo seria de 20 associados, em estruturas de média-grande dimensão seriam precisos 38, e os de grande dimensão precisariam de 68. Com esta aplicação, passa a ser tudo baseado nesta regra.

Beatriz Ribeiro relembra que é importante discutir também o tema do voto do seccionista.

João Bento afirma que o quórum é para deliberações e na prática existe uma confusão entre o que é o início da reunião e as deliberações, é algo que se tem de discutir se pretendem em que momento da reunião ocorra.

Beatriz Ribeiro deixa a nota que foi colocado 30 minutos devido a uma questão de lei, falou-se também da possibilidade de não ser obrigatório, e daí falarmos disto de 15 a 30 minutos.

Daniel Tadeu pergunta se estão a querer alterar, para 15 a 30 minutos da hora marcada, e se for assim, acha *muito* arriscado para o bom funcionamento das Magnas.

João Bento percebe, mas acha que neste momento as pessoas sabem que a Magna já vai começar muito atrasada e, portanto, acabam por chegar atrasadas também. O objetivo seria alterar isso e tornar o cenário mais organizado e pontual.

Daniel Tadeu refere que, por exemplo, nas AM por atraso da RUC, TVAAC, etc, enquanto estão a montar o material e afins, por vezes, só se começa às 17h15, e com esta proposta dos 15 a 30 minutos da hora marcada, os 15 minutos já teriam passado, neste caso.

João Bento explica que existe uma política de desorganização relativamente aos horários que tem de ser alterada.

Beatriz Ribeiro refere o que Daniel Tadeu falou tem de ser um caso excecional e não uma prática, porque o que faz as pessoas não irem à Magna muitas vezes, é o tempo que cada uma delas demora.

Ja



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

João Bento acha que através desta proposta, se acontecer uma vez não haver AM porque as pessoas se atrasaram, a partir daí vão entender que se a Magna é às 17h, não é para estar lá às 17h, mas sim 10 minutos antes.

Beatriz Ribeiro dá o caso prático de direito em que tanto é difícil ter quórum como tem muita gente, este problema pode não existir, se houver condições para tal, por exemplo, através da solução do online.

João Bento indica que a questão se prende à AM, que pode ser marcada pela DG ou por um grupo de estudantes, por exemplo. Era importante a DG conseguir um “contrato” e um sítio fixo.

Vitor Sanfins explica que estava a falar dos plenários ordinários porque estar a pensar no pior cenário, tem que se começar a pedir inscrições para reservar o espaço. Quanto ao online, se a AAC tem uma plataforma dentro da UC que valida a entrada de pessoas matriculadas, poderia resolver-se o problema por aí.

Pedro Andrade diz que só iria funcionar para as Assembleias.

João Santana indica que terá de se ausentar para uma atuação da sua Tuna.

Votação: Saída antecipada do colega João Santana.

- a) 2 abstenções;
- b) 0 votos contra;
- c) 19 votos a favor.

Tendo sido aprovada.

João Bento refere que este relatório foi feito com base em reuniões com órgãos deliberativos e foi mencionado a tecnologia de forma constante. Existem uma série de questões manuais que podiam ser automatizadas, se existir uma sinergia total entre o registo de entradas, entre as votações, entre as ordens de trabalhos, entre a ordem de trabalhos, entre as presenças para as pessoas poderem também pedir justificações de falta, e isto tudo pode ser feito de forma automatizada, o que facilitaria bastante o trabalho atual do pessoal respetivo.

Daniel Tadeu pergunta o que estão a sugerir em relação às secções votarem em AM, se querem que isso aconteça ou não aconteça.

Ja



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Beatriz Ribeiro responde que esta opinião não é uniforme na lista, não sendo uma proposta da lista C, logo deve discutir-se se isto deverá ou não acontecer.

Daniel Tadeu acha que é abrir as portas a uma juventude partidária, ou a um politécnico, a entrar numa secção e ter poder deliberativo, o que para o próprio não faz sentido, sendo que não é estudante da casa.

João Bento discorda deste assunto, até porque acha que é impossível de o concretizar.

Pedro Cerqueira responde que também é contra que os associados seccionistas votem em AM, já que a AM é para os estudantes e só.

Emanuel Nogueira refere que os associados seccionistas podem estar presentes na AM mas não podem votar, e no caso da votação que ficou empatada, vir uma pessoa que não é estudante a votar era perigoso, até porque os assuntos em Magna são direcionados na sua grande maioria aos estudantes da AAC.

Filipe Rosa afirma que para o próprio é indiferente os seccionistas votarem ou não, o que lhe custa mais é o reconhecimento, porque as secções elevam a académica todos os dias, e sente que esse reconhecimento não é o que deveria ser.

Vitor Sanfins acha que primeiro, não faz sentido sonhar com estas invasões à AM. Depois a visão absolutista que a capacidade de voto se tem de estender a todas as votações, e os associados seccionistas apenas poderiam votar em assuntos de matéria cultural, e planos de atividade, orçamento, de contas, nomeadamente o relatório de contas do queima das fitas, que é a votação que determina o financiamento das estruturas.

João Bento pede ordem à mesa, pois estão a discutir o que não tem proposta, devendo aprovar-se primeiramente a generalidade destas propostas.

João Caseiro tendo em conta alguns dos argumentos que já foram dados é também contra o voto dos seccionistas, porque a AAC é dos estudantes e é assim que deve saber.

Votação: Generalidade - Proposta - “Unificar todos os órgãos deliberativos da casa num só título dos Estatutos, aplicando-lhes regras gerais e especificando as diferenças que possam existir. Como base para casos discrepantes, deverá utilizar-se o exemplo da Assembleia Magna.”

Ja



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

- a) 4 abstenções;
- b) 0 votos contra;
- c) 17 votos a favor.

Tendo sido aprovada a proposta completa v1 órgãos deliberativos.

Ponto 4 - Outros Assuntos

Daniel Tadeu informa que a ata de 17 de julho será votada no próximo plenário. Diz que seria bom fazer-se um jantar na latada.

João Craveiro refere que irá de Erasmus, logo terá de participar online nas futuras reuniões.

João Bento propunha que ficasse bem estipulado os temas que se pretende discutir, porque o próximo assunto a ser discutido é um assunto bastante aberto.

Não havendo mais intervenções, Daniel Tadeu dá a reunião por terminada.

Daniel Tadeu
- Presidente -

Ana Carolina Miguel
- Secretária -

Mariana Gil Passos
- Secretária -

Guilherme Castro
- Secretário -